

GT43: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

Ricardo Verdum, Luís Roberto de Paula

A participação indígena em processos eleitorais tem recebido ainda tímida atenção por parte da etnologia indígena e das Ciências Sociais de modo geral. Quando o tema vem à baila, é comum menções ao mandato do deputado federal Mário Juruna Xavante (1983-1987) ou, mais recentemente, à candidatura indígena de Sonia Guajajara à vice-presidência da República em 2018 ou ao mandato da deputada federal Joenia Wapichana, eleita em 2018. Por outro lado, estudos recentes demonstram que nos últimos 45 anos o número de mandatos indígenas em nível municipal passou de 600. (De Paula 2017; Verdum & De Paula 2020a, 2020b; Verdum 2022). Diante desse contexto, o interesse desse GT é o de dar continuidade a reunião de pesquisadores/as indígenas e não-indígenas que têm se dedicado a investigar essa temática nos últimos anos. Interessa-nos trabalhos que descrevam e analisem: a agência e a agenda indígena individual e coletiva em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre indígenas (candidatos ou eleitos) e o movimento indígena; os processos de construção de candidaturas e mandatos indígenas e sua relação com os partidos políticos; a participação do eleitorado indígena e não-indígena nas candidaturas e nos mandatos indígenas conquistados; as conquistas e limites da participação e autodeterminação indígena no sistema eleitoral; biografias e trajetórias de indígenas que conquistaram mandatos; o debate sobre sistema de quotas indígenas em espaços eleitorais institucionais. Dossiê em preparação.

O conceito de domicílio eleitoral para os indígenas: um percurso de obstáculos e incompreensões

Autoria: volgane oliveira carvalho

A Resolução-TSE nº 23.659/21 nasceu com o objetivo de assegurar o exercício dos direitos políticos em plenitudes por vítimas de infortúnios sociais, expressão que engloba todos os grupos que sofrem com diferentes formas de adversidades sociais decorrentes de preconceitos, questões de saúde, precariedade financeira, temas relacionados à educação, à moralidade etc. Nesse caminho, os indígenas foram contemplados com concessões necessárias à concretização dos seus direitos políticos, em especial, com a dilatação do conceito de domicílio eleitoral e do rol de exigências para a sua comprovação. Essa foi uma mudança significativa, mas insuficiente para resolver algumas questões importantes que envolvem a própria identidade cultural dos povos indígenas. Um dos temas carentes de enfrentamento e solução diz respeito a necessidade de criação de seções eleitorais com base em critérios etnoterritoriais que possam ser instaladas em locais de votação geograficamente localizados fora da Zona Eleitoral. Esse é um caminho necessário para adaptar os conceitos de Direito Eleitoral à tradição e cultura dos povos indígenas e efetivamente dotar o dispositivo constitucional que assegura a universalidade do direito de voto. O presente trabalho pretende analisar esta questão e para tanto utilizará o método de interpretação de sentidos, articulando a hermenêutica (cunho interpretativo) e a dialética (caráter crítico) para estabelecer um confronto entre a legislação eleitoral acerca do domicílio eleitoral do indígena e a sua natureza de medida reparatória.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

